

# EDUCAÇÃO E IDENTIDADE DOS TRABALHADORES: As concepções do capital e o trabalho.

Rummert, Sônia Maria.

São Paulo: Xamã; Niterói: Intertexto, 2000.

*por Marta Alves Santos<sup>1</sup>*

---

Em decorrência das transformações societárias ocorridas, sobretudo, a partir de 1970, em nosso país, evidencia-se a construção de uma determinada ideologia comprometida com os padrões da nova ordem internacional e a eles subordinada. Vivencia-se, portanto, o processo de construção e implantação de um novo projeto educacional que expressa o permanente movimento de luta pela hegemonia, seja no processo de consolidação de uma dada hegemonia, seja na emergência de um projeto contra hegemônico.

A autora Sônia Rummert, na sua tese de doutorado “Educação de qualidade – diferentes visões”, defendida em março de 1998, junto ao Departamento de Educação da PUC-RJ, enfrenta o desafio de conhecer e examinar as propostas de educação de qualidade apresentadas tanto pelo capital, quanto pelo trabalho, a fim de identificar em que medida a classe trabalhadora é ou pode tornar-se sujeito de seu processo educativo. Do trabalho científico desenvolvido pela autora originou esta obra que se complementa com as necessárias atualizações dos dois últimos anos da década de 90.

O desenvolvimento dessas questões compreende, portanto, cinco sessões que compõem o presente livro, na seguinte distribuição: nas duas primeiras, as bases teóricas buscadas em Marx, Gramsci, entre outros clássicos, norteiam sua construção do objeto de pesquisa, apontando os determinantes de caráter histórico, econômico, político e cultural que marcam as últimas décadas deste século e a emergência do neoliberalismo no país. As três sessões seguintes enfatizam a educação de qualidade – a identidade apon-

---

<sup>1</sup> Mestranda em Serviço Social pela PUC/RIO

tada pelo capital e pelo trabalho e, por fim, apresenta as convergências e divergências identificadas nos diferentes discursos.

Na primeira sessão intitulada “Mediações do campo simbólico: ideologia, identidade e hegemonia”, a autora destaca as categorias forças sociais e hegemonia como as principais no seu trabalho. Analisa que, no modo de produção capitalista, o exercício da hegemonia resulta do grau de capacidade que tem a classe dominante de unificar um bloco social, marcado por profundos antagonismos. “Torna-se, nesse caso, necessário manter sob controle as forças sociais heterogêneas, através do convencimento, da busca de consenso, e impedir que esses antagonismos aflorem, o que poderia gerar uma crise no bloco social.” (pg 27).

Com relação à ideologia afirma que produzida e difundida pela classe dominante, expressa as representações que essa classe tem da realidade, de si própria e de seu papel como condutora dos rumos da totalidade social. Considera Marx e Gramsci como marcos de reflexão, mas aponta fragilidade decorrente de uma visão de homem e totalidade que a dinâmica do processo histórico demonstrou ser necessário superar.

Na segunda sessão, “Hegemonia do neoliberalismo e a emergência do ethos empresarial”, a autora trabalha com o processo que favoreceu a emergência de um novo projeto identificatório que, atualmente, as forças hegemônicas difundem como única solução para a situação de crise do capitalismo. Tal projeto enfoca a exaltação do mercado, a temática da qualidade e a expressão do individualismo. Assim, Rummert discorre um breve histórico, iniciando nos anos subseqüentes à segunda guerra mundial, denominado a Era do Ouro até os dias atuais.

Nesta perspectiva aponta a morte do campesinato, o desenvolvimento tecnológico e o período de crise econômica, iniciado em 1973, e atingindo seu clímax no início da década de 80 num quadro que vai repercutir muita intensidade nas formas de organização e mobilização dos trabalhadores em torno das questões coletivas, provocando cisões profundas no movimento operário, pois o conjunto de transformações vivido nestes últimos anos trouxe a crescente fragmentação da classe trabalhadora.

A autora mostra que o Brasil vivenciou esse processo em meio a descompassos de tempo e ritmos, característicos dos países inseridos de forma subordinada no quadro hegemônico internacional.

Apresenta o neoliberalismo como ideologia sustentada sobre a tese do fim das ideologias, considerando três medidas fundamentais: a ruptura da estrutura sindical, a expressiva redução do Estado e a restauração da taxa natural do desemprego. Destaca, ainda, elementos constitutivos relevantes no projeto identificatório neoliberal, tais como, a ênfase no individualismo; a construção simbólica de “culpados” pelas diversas formas de exclusão e pelas carências vividas pela maioria da sociedade; o hiperdimensionamento do valor do mérito segundo a lógica do mercado, a atribuição do caráter superlativo ao presente; a valorização da descontinuidade dos processos vividos na sociedade e o dos projetos, individuais e coletivos, de inserção na vida sócio-econômica; o permanente desafio de viverem jogos competitivos, a ênfase na lógica mercantil como única capaz de superar todos os conflitos e contradições.

Seguindo esta perspectiva, a autora traça um panorama da década de 90 no que diz respeito à educação de qualidade e ao ethos empresarial que, gradativamente, tece uma nova forma de sociabilidade moldada pela lógica mercantil. Sob a hegemonia neoliberal, a educação deve atender as exigências do mercado, sendo dotada de conteúdos exigidos pelo capitalismo para seu desenvolvimento nessa nova fase. Assim, Rummert assinala que a educação vista como essencial no crescimento econômico e na redução da pobreza chega nos anos 90 metamorfoseada em mercadoria (e deixa de ser um direito).

As identidades propostas para uma educação de qualidade tanto pelo capital quanto pelo trabalho são analisadas, respectivamente, na terceira e na quarta sessão da obra. As entidades escolhidas para responder as propostas do capital são: a Confederação Nacional da Indústria (CNI), a Federação da Indústria do Estado do Rio de Janeiro (Firjan), o Instituto Herbert Levy (IHL) e o Pensamento Nacional das Bases Empresariais (PNBE). Já no âmbito do trabalho, as entidades são: A Central Única dos Trabalhadores (CUT), a Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT) e a Força Sindical (FS).

No discurso empresarial, as análises das fontes abordadas percebem como necessária a construção de novos padrões de sociabilidade centrados nos valores e na ótica do mercado, traçando um perfil do trabalhador polivalente e competitivo, pois a economia exige a implantação de programas de qualidade e competitividade.

Os projetos identificatórios expostos pela proposição da CUT, centrada nos fundamentos socialista, apontam como referência principal uma perspectiva que associa a política à economia crítica, relacionando a educação, sem subordiná-la, ao pragmatismo corrente na concepção hegemônica atual. O trabalhador, portanto, com competência técnica e política deve apresentar-se comprometido com a luta pela transformação da sociedade. Porém, numa visão de adesão ao capitalismo, embora com críticas e momentos particulares, a CGT e FS convergem à proposição funcionalista da educação que se subordina às determinações econômicas e naturaliza a situação de subalternidade que caracteriza o ingresso do país no quadro da economia internacional. O trabalhador deve qualificar-se de modo a ser parceiro do Estado e do empresariado, atuando de forma produtiva e competitiva.

A quinta parte trata de identificar as convergências e as divergências fundamentais apresentadas anteriormente. O primeiro ponto ressaltado é que tanto capital quanto trabalho voltam-se para a educação básica. O segundo refere-se à avaliação do quadro educacional do país, visto de forma negativa, e apresentando, ainda, a população-alvo das propostas educacionais, que envolvem a totalidade da população, numa defesa da universalização básica.

A educação polivalente que valoriza um saber adequado às atuais demandas do mercado e da estrutura dos novos processos produtivos e gerenciais, apresenta-se como ponto de convergência para as entidades que representam o interesse do capital (CNI, Firjan, IHL, PNBE) e, também, para entidades que, representando os interesses dos trabalhadores incorporam valores do modo de produção capitalista (CGT, FS).

A proposta da CUT refere-se à educação politécnica fundamentada no compromisso teórico-prático com a construção da sociedade socialista. Ela enfoca a idéia de qualidade total na educação, os conceitos de qualidade social e responsabilidade profissional coerentes com o horizonte político de construção da cidadania crítico-emancipatória.

A autora também mostra que, em busca de “conquistar” o trabalhador, a ótica do capital procura tecer uma cultura calcada nos valores empresariais que têm sua centralidade no mercado, na ênfase do individualismo e na competitividade e no abandono do equívoco ideológico que aponta o antagonismo entre capital e trabalho como fundamento das relações sociais.

Discute, ainda, a indagação: CUT uma entidade em busca de estratégias? E relata que "(...) uma vez que propõe contribuir para a construção de uma nova sociedade, e consciente do material e simbólico das forças dominantes, a CUT se defronta com uma tarefa para a qual não desenvolveu, ainda, uma reflexão consistente, que fundamente e norteie suas ações" (pg. 184).

E, por fim, as reflexões contidas neste trabalho apontam para o fato de que as ações que visem à transformação social devem evidenciar a importância da educação como espaço de luta, onde seja propício conhecer as múltiplas possibilidades da vida pois, assim, estaríamos orientando a formulação dos princípios, objetivos e métodos da educação de qualidade.